

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaque: (em negrito) Matérias que citam o Ministro Bento Albuquerque ou o MME:

Sumário

VEÍCULO: Valor Econômico.....	2
Título: Zema pede que União destrave investimentos em Minas	2
Título: Novo apagão gera protestos.....	4
Título: Privatizar é preciso.....	4
Título: Lucro dobra com bom resultado de estatais e Vale	7
Título: Grupo de controle da Vale 'fecha' chapa para eleição dia 30	9
Título: Minério zera perdas em março e petróleo sobe 5,4%.....	11
Título: Copel reforça caixa para relicitação da usina Foz do Areia	14
Título: Petrobras abre leque de candidatos à compra da Liquigás	16
Título: Petros tem novo déficit em plano de benefício definido	17
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	18
Título: » De olho.	18
Título: Petrobrás pode participar de leilões em Israel.....	18
Título: Cessão onerosa pode ser desfavorável, diz estatal	19
Título: Maduro anuncia racionamento de energia	19
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	20
Título: eu sou você... ..	20
Título: Promotoria de RO investiga ruptura de duas barragens	21
Título: Bolsonaro frustra 'irmão' Netanyahu com escritório em vez de embaixada	21
VEÍCULO: O Globo.....	23
Título: Petrobras participará de leilão de petróleo e gás em Israel	23
Título: Em busca de justiça.....	24
VEÍCULO: Correio Braziliense.....	26

Título: Escritório em Israel reforçará negócios.....26

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 01/04/2019

Seção: Brasil

Autor: Marcos de Moura e Souza | De Belo Horizonte

Título: Zema pede que União destrave investimentos em Minas

O governo de Minas Gerais quer que a União destrave alguns investimentos federais no Estado como forma de compensar perdas na arrecadação relacionadas à ruptura da barragem da mineradora Vale na cidade de Brumadinho, no dia 25 de janeiro. Dias depois do desastre, a empresa suspendeu atividades em várias minas no Estado.

O governador Romeu Zema (Novo) disse ao **Valor** que o pedido esteve na pauta de reunião dele com o ministro-chefe da Casa Civil, Onyx Lorenzoni, em 25 de março.

"Foi tratada a questão de Minas Gerais, que o Estado merece do governo federal uma visão diferente devido toda a essa questão da mineração que tem afetado a atividade econômica do Estado", disse o governador.

"Nós fomos lá pedir para que naqueles projetos do governo federal sejam injetados mais recursos para contrabalançar aquilo que nós estamos perdendo com a mineração, agilizando a duplicação da rodovia BR-381, e outros investimentos federais que estão no Estado", disse.

Pelos cálculos do governo, Minas deixaria de receber cerca de R\$ 220 milhões em tributos estaduais por ano em função da paralisação das minas da Vale. A redução prevista na arrecadação de royalties - administrados pela Agência Nacional de Mineração e revertidos ao Estado e municípios - seria de cerca de R\$ 79 milhões por ano.

Além disso, há perdas não computadas nesses cálculos mas que afetam empresas que estão na cadeia de abastecimento e serviços ligadas às operações da Vale.

A tragédia de Brumadinho piora um quadro de forte desequilíbrio fiscal de Minas Gerais, que já se arrasta há alguns anos.

Eleito no passado com discurso de que cortaria gastos para ajustar as contas, Romeu Zema afirmou que deve apresentar até meados do ano um plano de privatizações como parte de sua investida pela redução gastos e saneamento das contas públicas.

Nesse primeiro momento, as principais estatais de Minas Gerais, a Cemig (de energia elétrica) e a Copasa (de água e esgoto) ficarão de fora das ofertas para a iniciativa privada. "O nosso objetivo é privatizar aquilo que for possível", afirmou o governador.

"O caso da Cemig e da Copasa depende da Assembleia e isso não vai ser nossa pauta agora, mas em relação a outras empresas do Estado deveremos anunciar o que deverá ser privatizado, provavelmente em 90 ou 120 dias", prosseguiu.

Os deputados estaduais precisam aprovar a eventual venda das duas estatais, e esse é um tema considerado controverso na Assembleia Legislativa.

Nas eleições, Zema defendeu um programa de privatizações no Estado, incluindo a venda da Cemig, mas depois recalibrou seu discurso e passou a dizer que o assunto seria discutido mais no fim de seu mandato, após mudanças na gestão da empresa após valorização de suas ações no mercado.

Para tirar as contas de Minas do vermelho, Zema aposta numa futura adesão ao Regime de Recuperação Fiscal (RRF). Até hoje apenas o Rio de Janeiro aderiu ao regime, que exige uma série de contrapartidas dos governadores para reduzir gastos, incluindo privatizações.

"As conversas [sobre a adesão com o governo federal] estão muito bem encaminhadas, estão prosperando, está tudo conforme o nosso cronograma", disse. "A nossa previsão é que [a adesão] seja dentro de seis meses, ou seja, estamos falando que no terceiro trimestre isso deve se concretizar."

No início do mês, o secretário de Fazenda de Minas, Gustavo Barbosa, afirmou ao **Valor** que mesmo antes da adesão ao RRF, o governo mineiro vinha trabalhando em um plano de medidas de ajuste de gastos, que incluirá privatização, redução dos incentivos fiscais, vedação de aumento salarial entre outros pontos.

Zema afirmou que nesses quase quatro meses de gestão, sua equipe tem se dedicado a cortar o que considera desperdício. "Isso está sendo feito de forma contínua, não vai parar. É igual capinar mato."

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 01/04/2019****Seção: Internacional****Autor:****Título: Novo apagão gera protestos**

Vários protestos surgiram ontem em Caracas, com moradores fazendo bloqueios nas ruas para expressar sua frustração com mais um apagão, apenas oito horas depois do fornecimento de eletricidade ter sido restaurado na capital e em algumas outras regiões.

Desde o dia 25 de março, o fornecimento de energia tem sido intermitente. Segundo a Netblocks.org, que monitora problemas na rede global, só 15% da Venezuela tinha acesso à internet depois da queda de energia ocorrida ontem.

Irritados com as constantes quedas de energia e escassez de água potável, na sequência de dois grandes apagões neste mês, venezuelanos queimaram pneus em vias próximas ao palácio presidencial em Caracas e em outras partes do país.

"Estamos aqui lutando por água e energia, já passamos vinte e poucos dias sem água", disse o vendedor Yofre Gamez. "Eles mandam energia por duas horas, depois interrompem à noite, fornecem no dia seguinte por meia hora e depois desligam novamente - estamos cansados disso."

O ministro de Informação, Jorge Rodriguez, divulgou nota ontem informando que as aulas escolares continuariam suspensas hoje.

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 01/04/2019****Seção: Opinião****Autor: Adriano Pires e Elena Landau****Título: Privatizar é preciso**

O setor elétrico brasileiro está mergulhado em problemas, causados pelo longo período de crise, iniciado com a desastrosa intervenção do governo Dilma em 2012, e despreparado para o futuro. No mundo, o segmento energético passa por um momento de transformação disruptiva, quer na escolha de fontes, em função das mudanças climáticas, quer na nova postura dos consumidores, com a disseminação da geração distribuída. Nós não estamos preparados para elas. Nossa maior estatal não tem a agilidade, flexibilidade e nem recursos para acompanhar a revolução em curso. A privatização da Eletrobras é essencial para destravar o setor.

É verdade que em dois anos a companhia conseguiu melhorar seus resultados. Com a melhoria da governança, diminuiu custos, racionalizou investimentos, reduziu empregados e ainda vendeu dezenas de participações, culminando com a desestatização das distribuidoras. No entanto, nada disso elimina a urgência da privatização da holding. Apesar da melhora no perfil de endividamento, ela continua sem capacidade de investir.

Por melhor que seja a gestão atual, nada garante que a Eletrobras está livre da influência populista de um governo, como ocorreu nos anos do PT. A tentação de gerar preços baixos de energia, ainda que de forma artificial, é grande. Foi essa mentalidade que levou a empresa a maior perda de valor da sua história, quando o acionista controlador impôs a adesão aos critérios da MP 579/2012.

A Eletrobras engloba o maior volume de negócios em eletricidade do país. Somente na geração o grupo é composto por 48 hidrelétricas, 112 termelétricas, 2 termonucleares, 70 usinas eólicas e uma usina solar, próprias ou em parcerias. A empresa também é atuante na transmissão, com mais de 65 mil km de linhas. O fato é que essa ampla estrutura sucumbiu à crise enfrentada pelo setor elétrico, em grande parte associada aos impactos da Lei 12.783/2013, oriunda da fatídica MP 579.

A nova lei foi um retrocesso para a geração na medida em que reintroduziu a concessão do serviço público e determinou o preço pelo custo. A geração é um mercado competitivo, por isso nada justifica o tabelamento do preço da energia pelo governo. É incrível que, ainda hoje, passados mais de 20 anos da desverticalização setorial, exista quem defenda a regulação da geração como se fosse monopólio natural. O governo Dilma errou ao tabelar o preço da energia e ao abrir mão da disputa pelo preço da outorga no ato da renovação.

O tabelamento de preços veio no auge do desembolso dos investimentos estruturantes, realizados com taxas de retorno extremamente baixas, as famosas taxas patrióticas. O descaso com os acionistas minoritários e com os contribuintes é evidente.

É um contrassenso, em pleno século XXI, o país ter mais de 130 estatais. Não existe dinheiro público caindo do céu

Essa falta de planejamento levou a Eletrobras a uma crise financeira sem precedentes. Por consequência, a qualidade dos serviços ruiu, levando a atrasos em obras de geração e transmissão. Mesmo em meio à crise financeira nada mudou na gestão, nem mesmo houve a tentativa de redução de custos. Pelo contrário, houve um acordo coletivo com garantia de participação nos lucros em uma empresa já em situação financeira crítica.

A privatização da companhia é a solução mais sensata para a mudança de rumo do setor. A estatal, que em 2008 representava quase 40% da capacidade instalada da geração de eletricidade do país, atualmente responde por 31%. Ou seja, a geração sob poder estatal teve seus investimentos reduzidos.

Isso não aconteceu com as empresas privadas do setor, mesmo num ambiente de crise. A Engie, por exemplo, é a segunda maior empresa em capacidade de geração no país com 6% de participação. Para atingir essa posição, a empresa aumentou em 170% sua capacidade instalada, passando de 3,7 GW para 10,0 GW nos últimos 20 anos. A Engie teve início como Tractebel, um pequeno apêndice das menores subsidiárias da Eletrobras, que com a privatização, cresceu tanto que chegou a valer o dobro da própria Eletrobras.

Os números mostram o quanto o capital privado pode impulsionar o setor. É exatamente a manutenção do controle público que pode levar a Eletrobras a perder sua importância no setor. E há quem alegue que só o governo garante os investimentos necessários. Só um forte viés ideológico, e uma sociedade viciada em Estado, pode explicar um argumento contrário a todas as evidências.

A ampliação da participação do setor privado na geração é a opção para a introdução da competição e aumento da eficiência dos serviços. Certamente o setor privado fará aquilo que o setor público não quer fazer, que é acabar com as subsidiárias independentes, com diretorias que não respondem à holding e com o número excessivo de conselheiros e de diretores. Medidas fundamentais para melhorar a eficiência da Eletrobras.

A ideia de privatização, incitada no fim do governo passado, está sendo repensada. A possibilidade levantada é de que o processo ocorrerá por meio da capitalização da empresa, cujo modelo está sendo definido. Enquanto não há definição, muitas sugestões são feitas por agentes, acadêmicos e sociedade. O debate é sempre positivo na busca de uma forma de venda benéfica para o país, mas não deve ser usado como desculpa para o adiamento da privatização para 2020. Já se sabe da inviabilidade de manter a Eletrobras nas mãos do Estado. Quanto mais rápido, melhor.

A palavra privatização foi uma das mais difíceis de serem pronunciadas nos últimos anos no Brasil. Era quase um palavrão. Contudo, desde a Lava-Jato, quando empresas estatais deixaram a página de economia indo para a policial, criou-se um novo ambiente que permite a discussão de como melhor alocar o patrimônio público: em empresas que podem ser melhor administradas pelo setor privado ou em saúde, educação ou saneamento? Definitivamente, em pleno século XXI é um contrassenso o país ter mais de 130 empresas estatais. Não existe dinheiro público caindo do céu, existe o dinheiro dos pagadores de

impostos, que certamente não estão dispostos a continuar financiando políticos, grupos de privilegiados e um estado ineficiente.

Adriano Pires é diretor do Centro Brasileiro de Infra Estrutura (CBIE).

Elena Landau é economista e advogada

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 01/04/2019

Seção: Empresas

Autor: Ivan Ryngelblum e Marcelle Gutierrez | De São Paulo

Título: Lucro dobra com bom resultado de estatais e Vale

As empresas brasileiras de capital aberto dobraram o lucro em 2018, num ano em que os executivos apertaram os gastos e, com ajuda de uma ligeira melhora do cenário macroeconômico, conseguiram vencer eventos adversos como a greve dos caminhoneiros em maio e as eleições presidenciais mais acirradas dos últimos anos.

Levantamento feito pelo **Valor Data**, a partir das demonstrações de 237 empresas não financeiras, mostra que o lucro líquido consolidado dessa amostra dobrou para R\$ 144 bilhões, na comparação com a mesma base de dados de 2017.

Os desempenhos da Petrobras, Eletrobras e Vale contribuíram significativamente para esse resultado, já que saíram de prejuízo em 2017 para lucros expressivos no ano passado.

A Petrobras fechou o ano passado com o primeiro resultado anual positivo desde 2013, de R\$ 25,8 bilhões, puxado pela valorização de 31% nos preços internacionais do petróleo, que compensou a queda de 1% dos volumes de venda.

A Eletrobras reverteu prejuízo e teve lucro de R\$ 13,3 bilhões com a influência da reversão de provisões para contingências, no valor de R\$ 1,201 bilhão.

A Vale teve o melhor resultado dos últimos anos, lucro de R\$ 25,7 bilhões, alta de 45%, impulsionada pela alta do minério de ferro no mercado internacional.

Para eliminar o efeito dessas gigantes e ter uma visão mais equilibrada dos resultados, o **Valor Data** fez uma amostra sem as três companhias. O lucro sobe 41%, para R\$ 79 bilhões, em linha com que vem sendo observado desde 2016. Naquele ano, o lucro de 234 empresas subiu 50% sobre 2015, o pior ano da recessão econômica.

Uma outra maneira de olhar os resultados é contabilizar quem deu lucro e quem deu prejuízo. Do total das companhias analisadas, incluindo as gigantes, três em cada quatro registraram lucro no ano passado - 40% delas com ganho maior, 10% com prejuízo menor e 10% de volta ao azul.

David Beker, chefe de economia e estratégia do Bank of America Merrill Lynch (Bofa) no Brasil, afirma que a recuperação da economia, ainda que abaixo do esperado, foi um dos fatores que colaboraram para os resultados das empresas.

O Produto Interno Bruto (PIB) cresceu 1,1% em 2018, a segunda alta anual consecutiva depois de dois anos de contração.

A recuperação, contudo, segue em ritmo lento e o PIB segue abaixo do nível anterior à recessão. Em 2013, por exemplo, o país cresceu 3%. "Ainda que baixo, a economia tem mostrado sinal de crescimento, o que tem ajudado a performance das empresas", diz Beker.

Os dados revelam ainda que melhorias operacionais colocadas em prática a partir do início da recessão econômica, em 2015, levaram a um aumento do faturamento, e que, em um cenário de crescimento econômico, o bom trabalho das diretorias executivas acaba se destacando.

O Magazine Luiza foi uma das empresas que apresentaram forte resultado no ano passado. O lucro líquido da companhia somou R\$ 597,4 milhões, um crescimento de 54% ante 2017 e o melhor resultado da série histórica do **Valor PRO**, que começa em 2009, com forte crescimento das vendas e queda das despesas operacionais.

William Volpato, coordenador do **Valor Data**, chama atenção para as margens no ano passado, forma de cálculo que permite verificar como a receita líquida foi aproveitada pelas empresas. A margem líquida, que mede a fração de cada real obtido com vendas e que resultou em lucro líquido, cresceu em 3,1 ponto percentual, para 7,3%.

Junto com o crescimento da economia e das melhoras operacionais, o resultado líquido de diversas empresas contou com o benefício de um evento não

recorrente: a exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e do Cofins (veja mais no texto abaixo).

A Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), por exemplo, obteve um lucro líquido de R\$ 5,2 bilhões no ano passado, avanço de 47 vezes ante 2017. Além da expansão de 24% da receita, beneficiada por maiores preços em minério de ferro e siderurgia, a empresa teve ganhos extraordinários com créditos tributários. A CSN reconheceu o montante de R\$ 2,2 bilhões na rubrica "tributos a recuperar".

Para o ano de 2019, a expectativa é de que o desempenho operacional continue positivo. "Embora o mercado esteja revisando para baixo o crescimento econômico, a expectativa é de recuperação para este ano e as empresas conseguirão entregar, pois têm bom desempenho operacional", comentou o analista do BofA. A projeção do banco é de que as empresas brasileiras terão um avanço de 31% do lucro líquido em 2019 ante o resultado de 2018.

O Banco Central revisou sua estimativa para o PIB brasileiro em 2019, dos 2,4% previstos em dezembro para 2,0% na atualização trimestral de março, divulgada na quinta-feira (28).

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 01/04/2019

Seção: Empresas

Autor: Francisco Góes | Do Rio

Título: Grupo de controle da Vale 'fecha' chapa para eleição dia 30

Ao indicar chapa única para concorrer ao conselho de administração da Vale na eleição de 30 de abril, os principais acionistas da mineradora quiseram demonstrar que há alinhamento de interesses em momento delicado para a companhia, no cenário pós-Brumadinho. Os maiores sócios da empresa indicaram chapa formada por 12 integrantes, incluindo nove apontados pelos controladores e três conselheiros independentes. Há ainda um representante eleito pelos empregados.

Na nova configuração, o conselho passa a ter 13 membros ante 12 na atualidade, com inclusão de um terceiro conselheiro independente. A inclusão dos independentes na chapa dos controladores evidencia, segundo fontes próximas das discussões, que existe um objetivo comum entre os acionistas no enfrentamento das consequências da tragédia em Minas Gerais. Essa união de forças não elimina, porém, o fato de que os conselheiros independentes possam ter visões diferentes sobre determinados temas, disse uma fonte.

A lei das S.A.s (6.404/76) prevê que acionistas minoritários relevantes possam tentar eleger membros para o conselho de administração de uma companhia em votação em separado dos controladores ou pelo chamado voto múltiplo. A tendência, porém, é que seja difícil eleger membros independentes para o conselho da Vale, na eleição marcada para a Assembleia Geral Ordinária (AGO) no dia 30, no Rio, fora da lista indicada na chapa, pois isso requer reunir um número grande de votos.

Na sexta-feira, acionistas minoritários reclamaram da forma como a Vale havia apresentado o boletim de voto a distância para a AGO. Disseram que a mineradora deixou de incluir no boletim, muito usado por acionistas estrangeiros, a pergunta se o acionista "deseja requer a adoção do processo de voto múltiplo para eleição do conselho", conforme exigido em instrução da Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

A ausência da pergunta fecharia a "porta", segundo eles, para que minoritários pudessem tentar eleger um independente não ligado à chapa dos controladores. Na noite de sexta, a Vale republicou o boletim corrigindo a informação, e incluindo a pergunta. Pelo voto múltiplo, um acionista com 5% das ações pode concentrar seus votos em um candidato.

Hoje qualquer acionista, fora do bloco de controle, pode indicar nomes para o conselho. Para isso, o acionista precisa ter 0,5% do capital social. Os acionistas que conseguirem reunir esse percentual e tenham interesse em apresentar candidatos no boletim de voto a distância para a AGO da Vale terão prazo até sexta-feira para fazê-lo.

Os acionistas vão escolher os conselheiros que vão comandar os rumos da mineradora entre 2019 e 2021

A questão é que fundos com participações importantes não costumam ter posição "ativista", indicando nomes para o conselho. Já os fundos passivos, que seguem índices como o da B3, costumam guiar-se pelas orientações das empresas de recomendação de voto ISS e Glass Lewis. Uma fonte disse que ISS e Glass Lewis recomendam votar presencialmente, sobretudo em assembleias de chapa.

No dia 30, os acionistas vão escolher os conselheiros que vão comandar os rumos da mineradora entre 2019 e 2021, período de transição na governança da empresa. Será a última eleição para o conselho na vigência do atual acordo de acionistas da Vale, que expira em novembro de 2020. Hoje o bloco da antiga Valepar, holding da Vale extinta em 2017, vota em conjunto. Em 2021 esse compromisso não existirá mais.

Fazem parte do acordo de acionistas o grupo de controle formado por Litel, holding dos fundos de pensão (Previ, Petros, Funcef e Fundação Cesp), BNDESPar, empresa de participações do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Bradespar, braço de participações do Bradesco, e a japonesa Mitsui. O grupo de controle detém cerca 38% das ações da mineradora.

Na chapa indicada pelos controladores para a AGO, há uma proposta de renovação do conselho com a substituição de cinco nomes e a inclusão de nova conselheira independente: Clarissa de Araújo Lins. Até agora com perfil financeiro, o conselho da Vale pretende incorporar novas competências, sobretudo mais pessoas especializadas em mineração e sustentabilidade, caso de Clarissa. A chapa também traz conselheiros que têm experiência como ex-presidentes de companhias. Uma vez eleito, o conselho se reunirá e elegerá o presidente do colegiado. Também caberá ao conselho eleger a diretoria da Vale, liderada hoje por um presidente interino, Eduardo Bartolomeo.

Tradicionalmente, o presidente da Previ, fundo de pensão dos funcionários do Banco do Brasil, costuma ser indicado para presidir o conselho. O atual presidente da fundação, José Maurício Pereira Coelho, encabeça a chapa dos controladores. Ele substituirá o ex-presidente da Previ, Gueitiro Genso, que está no comando do conselho há quatro anos. A Litel, que tem quatro assentos, indicou Marcio Hamilton Ferreira, presidente do conselho deliberativo da Previ, Marcel Juvinião Barros (atual integrante do conselho) e Marcelo Augusto Dutra Labuto. Deixam o conselho, além de Gueitiro, Dan Conrado e Eduardo Guardia.

Pela Bradespar, o presidente da empresa, Fernando Buso, integra a chapa, e também foi indicado Eduardo Rodrigues Filho, que era suplente pela Mitsui. Os japoneses, por sua vez, mantiveram seus nomes inalterados: Oscar Augusto de Camargo Filho e Toshiya Asahi. A BNDESPar substituiu Ney Brito pela indicação de José Luciano Duarte Penido. Penido, que foi presidente do conselho da Fibria e presidente da Samarco entre 1992 e 2003, é um dos especialistas em mineração. Os outros são Rodrigues Filho e os representantes da Mitsui. Pelos independentes, Isabella Saboya e Sandra Guerra, eleitas em 2017, tentam a recondução. O representante eleito pelos trabalhadores é Lucio Azevedo, que já integra o conselho e que precisará ter o nome homologado na AGO.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 01/04/2019

Seção: Empresas

Autor: Stella Fontes e Ana Paula Machado | De São Paulo

Título: Minério zera perdas em março e petróleo sobe 5,4%

A notícia de que a Vale vai reduzir em até 75 milhões de toneladas os embarques de minério de ferro em 2019, na esteira do rompimento de uma barragem da mina Córrego do Feijão, em Brumadinho (MG), deu impulso aos preços da commodity siderúrgica na última sessão do mês e zerou a leve perda mensal acumulada até quinta-feira. Já o petróleo fechou o mês com alta acumulada de 5,4% em março.

Também contribuiu para a virada o fato de a australiana Rio Tinto ter declarado força maior em alguns contratos de minério, após a passagem do ciclone Verônica ter levado à suspensão de operações de logística e mineração na região de Pilbara.

Segundo a publicação especializada "Fastmarkets MB", a tonelada do minério com pureza média de 62% entregue no porto de Qingdao avançou 2,5% na sexta-feira, ou US\$ 2,13, para US\$ 86,81 a tonelada. Esse é o maior preço da matéria-prima em dez dias. Com esse desempenho, o minério de ferro encerrou o mês com valorização de 1,72% - até quinta, havia perda de 0,8% em março. No ano, o ganho acumulado é de expressivos 19,4%.

No ano, o preço do minério de ferro com 62% de teor, na China, teve ganho acumulado expressivo 19,4%

Os eventos extraordinários que afetaram as grandes mineradoras globais levaram os analistas a revisar as projeções de preço em 2019. Há duas semanas, o banco suíço Julius Baer elevou para US\$ 85 por tonelada o preço esperado em três meses, alta de 21,4% frente aos US\$ 70 projetados anteriormente. Em 12 meses, o novo preço está estimado em US\$ 75 por tonelada, com aumento de 15,4%. Há risco de novas altas nos valores no curto prazo, observou à época o analista de commodities Carsten Menke. Na quinta-feira, a equipe de análise do UBS informou que estima preço de US\$ 83 por tonelada em 2019, de US\$ 77 a tonelada em 2020, US\$ 70 a tonelada em 2021 e US\$ 65 a tonelada em 2022.

Para Menke, do Julius Baer, a situação da oferta global se tornou incerta e incontrollável após decisões judiciais desfavoráveis à Vale, o que coloca mais foco nos dados brasileiros de exportação de minério de ferro. "Continuamos convencidos de que a demanda de minério de ferro das siderúrgicas chinesas deve cair neste ano. A produção de aço deve desacelerar com o desaquecimento econômico e o enfraquecimento do mercado imobiliário [na China]", escreveu o analista, em nota mais recente a clientes.

Junto com os resultados do quarto trimestre, a Vale informou que projeta vendas de 307 milhões de toneladas a 332 milhões de toneladas de minério de ferro neste ano. Esses volumes embutem redução de 50 milhões de toneladas a

75 milhões de toneladas em relação à projeção interna inicial, que era de vendas de 382 milhões de toneladas em 2019.

Incertezas quanto ao impacto do pacote de estímulo à economia anunciado recentemente pelo governo chinês vinham mitigando os receios em relação à oferta da mineradora brasileira após o desastre em Brumadinho.

Ao mesmo tempo, houve redução nas compras da commodity na semana passada, diante da espera pela nova alíquota do imposto sobre o valor agregado (IVA) na China, que cairá de 16% para 13% a partir de 1º de abril e deve se refletir em correção nos preços de produtos industriais, incluindo o minério de ferro importado pelo país.

A Rio Tinto, por sua vez, já havia informado, no domingo, que teria de suspender o transporte ferroviário em Pilbara e de mineração em Robe Valley por causa das condições climáticas adversas. Na sexta-feira, a segunda maior mineradora do mundo declarou força maior sem entrar em detalhes sobre os produtos afetados. Segundo a agência Reuters, a companhia informou que está avaliando "o impacto dos danos sofridos nas instalações portuárias de Cape Lambert e está trabalhando com seus clientes para minimizar qualquer interrupção no fornecimento."

Em março, o barril de petróleo negociado em Londres, o Brent, apresentou uma variação positiva de 5,4%, chegando a US\$ 68,4. Esse movimento de alta deve se manter, pelo menos até o final de junho, quando termina o acordo do países que integram a Opep, para diminuir a produção mundial e assim, reduzir a oferta.

Gabriel Francisco, analista de petróleo e elétrica da XP Investimentos, afirmou que neste mês a redução da oferta da maior do que o acordado no final do ano passado. Em fevereiro, o último dado disponível, a queda na oferta foi de 30,68 mil barris por dia, no comparativo com janeiro.

"A Arábia Saudita reduziu mais do que necessário a sua produção e isso deve continuar nos próximos meses", disse o analista.

Essa dinâmica deve se manter, segundo Francisco, pelo contínuo aumento da produção de gás de xisto nos Estados Unidos. "Com isso a Opep perde participação no mercado mundial e, para manter o preço do petróleo, é necessário esse movimento de ajuste. Os EUA já são tão grandes quanto os maiores produtores mundiais de petróleo, como Arábia Saudita e Rússia."

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 01/04/2019****Seção: Empresas****Autor: Camila Maia | De São Paulo****Título: Copel reforça caixa para relicitação da usina Foz do Areia**

A estatal paranaense Copel avalia novos projetos de geração de energia e transmissão, mas o grande objetivo da companhia é reter caixa para ser competitiva em uma eventual relicitação da hidrelétrica Foz do Areia, maior ativo da companhia, cuja concessão vence em 2023. "Vamos preparar a companhia do ponto de vista econômico e financeiro para enfrentar o leilão de Foz do Areia", disse Daniel Slaviero, presidente da companhia, em entrevista ao **Valor**. Segundo ele, a estimativa da companhia é que a outorga mínima em um leilão de relicitação fique entre R\$ 3 bilhões e R\$ 4 bilhões.

Com 1.676 megawatts (MW) de potência, a hidrelétrica, que foi renomeada como Bento Munhoz da Rocha Netto em homenagem ao ex-governador do Paraná que criou a Copel em 1954, é emblemática por representar cerca de um terço da capacidade instalada da companhia.

Com a conclusão dos investimentos neste primeiro semestre, a Copel prevê geração adicional de caixa de até R\$ 450 milhões neste ano. Esse valor vai ajudar a reduzir o endividamento, atualmente elevado, e reter caixa para a disputa pela hidrelétrica.

"Os investimentos tendem a cair agora. Estamos fechando um ciclo e podemos abrir outro ciclo de investimentos, tanto que avaliamos fortemente os leilões de junho e setembro", disse Slaviero, se referindo aos leilões A-4 e A-6, respectivamente, anunciados pelo governo.

O projeto da hidrelétrica Telêmaco Borba, no rio Tibagi (PR), poderia ser opção de investimento no A-6. "Olharemos o ciclo de investimento, sempre lembrando que nossa 'joia da coroa' se chama Foz do Areia", reiterou Slaviero.

Em teleconferência realizada na sexta-feira, o diretor financeiro da Copel, Adriano Rudek de Moura, disse que a companhia vai ter critérios mais rigorosos para novos projetos.

A empresa prevê investir R\$ 1,99 bilhão em 2019, montante 23% menor que os R\$ 2,6 bilhões de 2018

Segundo Slaviero, a companhia passou por um aprendizado na qual fortaleceu a governança interna, o que será aplicado em novos investimentos. "Os trâmites internos se aperfeiçoaram para que não haja nenhum tipo de euforia e atropelo, que foram justificativas dadas para alguns investimentos feitos no passado e que não corresponderam ao esperado", disse.

Ao **Valor**, Moura contou que, no passado, alguns investimentos foram feitos sem sequer serem apreciados pelo conselho de administração. "Hoje todos vão para o conselho, independentemente do montante", disse.

No braço de distribuição, a prioridade da Copel é zerar a diferença entre o Ebitda (sigla em inglês para resultado antes de juros, impostos, depreciação e amortização) realizado e o regulatório, a fim de garantir sua rentabilidade. Em 2018, a Copel Distribuição realizou um Ebitda de R\$ 800 milhões, 23% abaixo do regulatório, de R\$ 1,043 bilhão. A diferença ainda é relevante, mas muito menor que a vista nos últimos anos. Em 2016, era de 86% e em 2017, de 43%.

"Zerar a diferença está no topo da nossa agenda", disse Slaviero. O Ebitda regulatório é o retorno que a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) calcula para a distribuidora na revisão tarifária. Quando a cifra fica abaixo do valor determinado, significa que o retorno está sendo menor do que poderia.

Para isso, a companhia está aumentando os investimentos em distribuição de energia. A revisão tarifária da empresa acontece em 2021, quando os investimentos devem ser capturados na nova base de ativos regulatórios (RAB, na sigla em inglês) que será definida. "No plano estratégico anterior, o objetivo era zerar a diferença para o Ebitda regulatório antes de 2021. Estamos antecipando esse objetivo em um ano, a ideia é atingir isso neste ano", disse Slaviero, ressaltando que não se trata de meta.

A Copel vai investir R\$ 1,99 bilhão em 2019, 23% a menos que os R\$ 2,6 bilhões de 2018. Do total, R\$ 1,359 bilhão vão para a operação, sendo R\$ 836 milhões em distribuição de energia, R\$ 233 milhões em geração e transmissão e R\$ 290 milhões na Copel Telecom - que está sendo preparada para venda. Em distribuição, os investimentos serão voltados para a modernização da rede e melhora do atendimento aos clientes. "Com sistemas inteligentes e religadores automáticos, por exemplo, você reduz custos de operação", afirmou Slaviero.

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 01/04/2019****Seção: Empresas****Autor: André Ramalho e Rodrigo Polito | Do Rio****Título: Petrobras abre leque de candidatos à compra da Liquigás**

Ao retomar o processo de venda da Liquigás, um ano após o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) vetar a venda da distribuidora para a Ultragaz, a Petrobras não descarta voltar a negociar o ativo com as líderes do mercado de gás liquefeito de petróleo (GLP), como a própria empresa do grupo Ultra, a SHV e a Nacional Gás. A estatal, no entanto, tenta abrir o leque de potenciais interessados para companhias de outros ramos, além de investidores financeiros.

Segundo uma fonte, para evitar novos questionamentos do órgão antitruste, a estatal decidiu que as principais concorrentes da Liquigás no mercado de GLP só poderão comprar a empresa da Petrobras em eventuais sociedades - e, mesmo assim, com participações limitadas.

Em fevereiro do ano passado, o Cade vetou a venda da Liquigás para a Ultragaz, do grupo Ultra, por R\$ 2,8 bilhões. Depois do posicionamento do órgão antitruste, a estatal chegou a avaliar a possibilidade de uma oferta inicial de ações na bolsa, mas acabou optando, ainda na gestão Pedro Parente, por um novo processo de venda de 100% da Liquigás.

Ao definir as condicionantes impostas no processo de desinvestimentos, a Petrobras tenta abrir o leque de potenciais interessados entre investidores financeiros e empresas do setor de óleo e gás em geral. No início do processo de desinvestimento da Liquigás, em 2016, a distribuidora despertou tanto o interesse de empresas do segmento de GLP, interessadas em entrar no Brasil, como a turca Aygaz, quanto de fundos de investimentos, como o Gávea Investimentos, de Armínio Fraga.

No ano passado, após o veto do Cade, a Petrobras manteve conversas com o órgão antitruste a respeito de medidas que possam reduzir o risco de não aprovação da venda da Liquigás. Dentro das regras definidas pela estatal, para venda do ativo, a petroleira permitirá a qualificação de companhias que atuem não só na distribuição de GLP, mas também na de gás natural ou combustíveis e na comercialização global de commodities de terceiros (tradings). As empresas interessadas, contudo, terão que ter uma receita bruta superior a US\$ 100 milhões.

A Petrobras também permitirá que as líderes do mercado (com mais de 10% de participação) possam entrar como parte de oferta conjunta, desde que não comprem, individualmente, uma parcela correspondente a mais de 40% do volume de vendas da Liquigás.

A estatal também permitirá que investidores financeiros com ativos sob sua administração ou gestão de pelo menos US\$ 1 bilhão participem, desde que tenham feito pelo menos um investimento na indústria de óleo e gás, infraestrutura ou logística nos últimos dez anos.

O novo formato estabelecido pela Petrobras para a venda da Liquigás, anunciado na sexta-feira, pode render à estatal cerca de R\$ 2 bilhões, de acordo com estimativas de um analista de um banco de investimentos sob condição de anonimato.

Segundo a fonte, a Petrobras tem um potencial de arrecadação com o negócio de, no máximo, 70% do total que o grupo Ultra havia se proposto a pagar pela Liquigás em 2016.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 01/04/2019

Seção: Finanças

Autor: Juliana Schincariol | Do Rio

Título: Petros tem novo déficit em plano de benefício definido

Os planos de benefício definido da Petros, fundo de pensão dos funcionários da Petrobras, fecharam 2018 com novo déficit. O resultado ficou abaixo da meta atuarial e mesmo que tivesse atingido o objetivo de 9,66% ainda assim não teria sido suficiente para ter um resultado positivo no ano. "O aumento do déficit se deve, sobretudo, ao fato de os planos apresentarem insuficiência recorrente de recursos, frente aos seus passivos", informou a fundação, em nota.

No ano passado, o plano PPSP foi cindido em dois independentes de benefício definido: PPSP -Repactuados (PPSP-R), que tem regras de correção dos benefícios pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), e PPSP- Não Repactuados (PPSP-NR), vinculado os reajustes dos trabalhadores da ativa da Petrobras. O primeiro teve ganhos de 7,24% e um déficit acumulado de R\$ 5,6 bilhões. Já o segundo teve valorização de 6,89% em 2018, com resultado negativo de R\$ 2,8 bilhões.

"Mesmo que tivesse atingido a meta, haveria um déficit de R\$ 4,719 bilhões, no PPSP-R, e de R\$ 2,573 bilhões, no PPSP-NR. Para que o déficit fosse eliminado, a rentabilidade do plano dos participantes repactuados deveria ter sido de 23,15% e a dos não repactuados, 36,50%", informou a fundação.

Os participantes dos dois planos já fazem contribuições adicionais para sanear os resultados negativos dos últimos anos, mas a fundação vem enfrentando um elevado grau de judicialização de participantes, o que, segundo a Petros, vem agravando a situação de solvência dos planos. São 417 ações judiciais contra os aportes extras, todas ainda sujeitas a recursos.

O plano PP-2, de contribuição variável (CV), teve ganhos de 12,38% no ano passado, acima da meta de 9,35%. O ganho líquido foi de R\$ 2,384 bilhões, 51% maior do que o de 2017, segundo a fundação. O superávit acumulado foi de R\$ 291 milhões. Considerando o resultado consolidado de todos os planos que administra, a Petros encerrou 2018 com retorno líquido de R\$ 6,025 bilhões nos investimentos e patrimônio de R\$ 90,8 bilhões, uma alta de 4% em relação ao ano anterior.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 01/04/2019

Seção: Colunas

Autor: Alberto Bombig

Título: » De olho.

Coluna do Estadão

O governo federal montou força-tarefa para acompanhar a situação do bairro de Pinheiro, em Maceió. O solo da região, onde moram 30 mil pessoas, está cedendo. A suspeita é de relação com a mineração de sal gema.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 01/04/2019

Seção: Economia

Autor: CRISTIANO DIAS, ENVIADO ESPECIAL A JERUSALÉM, FERNANDA NUNES, DO RIO, e REUTERS

Título: Petrobrás pode participar de leilões em Israel

País vai leiloar 19 novos blocos de exploração a empresas de petróleo e gás de todo o mundo

O governo israelense anunciou ontem que a Petrobrás participará de um leilão para exploração de petróleo e gás no país. O anúncio foi feito pelo ministro israelense de Energia, Yuval Steinitz, e reiterado pelo primeiro-ministro Binyamin Netanyahu, após encontro com o presidente Jair Bolsonaro. O porta-voz do governo brasileiro, Otávio Rêgo Barros, no entanto, não confirmou a informação.

Disse que “checaria com os colegas o que o negócio queria dizer”, pois não tinha mais detalhes. Em nota, o Ministério de Minas e Energia informou apenas que o **ministro Bento Albuquerque** havia se encontrado com Steinitz e tratado de uma possível participação da Petrobrás em um leilão de gás natural no País. Israel leiloará 19 novos blocos offshore. Uma disputa anterior gerou propostas de apenas duas empresas. O ministro de Energia de Israel disse, à imprensa local, esperar maior competição na próxima rodada.

Além da concorrência, os ministros discutiram a assinatura de três protocolos de cooperação: um na área de exploração de óleo e gás em águas profundas; outro relativo à regulação, envolvendo a Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP); e um último sobre cibersegurança voltada para o setor de energia. Procurada, a Petrobrás informou que não se pronunciaria.

Nos últimos anos, a estatal encolheu sua presença no exterior para se concentrar no mercado interno, principalmente no pré-sal, que é o foco do seu plano estratégico. A empresa ainda tem se desfeito de ativos.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 01/04/2019

Seção: Economia

Autor: F.N.

Título: Cessão onerosa pode ser desfavorável, diz estatal

A Petrobrás disse não estar segura de quando e em quais condições a discussão da cessão onerosa com o governo federal será concluída. A empresa inseriu esse debate com os ministérios da Economia e de **Minas e Energia** como um dos fatores de risco ao seu negócio, em documento enviado à autoridade reguladora do mercado nos EUA. “Não sabemos quando a negociação será concluída nem podemos assegurar que os termos deste novo acordo seriam favoráveis para nós, o que poderia impactar negativamente nossos resultados”, escreve a empresa, alertando ainda que, caso o acordo seja desfavorável, terá de desembolsar mais dinheiro ao Tesouro. Desde 2013, os dois lados debatem sem acordo sobre quem deve a quem. Desde 2018, o governo sinaliza que será favorável à empresa.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 01/04/2019

Seção: Internacional

Autor: AFP CARACAS

Título: Maduro anuncia racionamento de energia

O presidente da Venezuela, Nicolás Maduro, anunciou ontem um plano de racionamento de eletricidade que durará 30 dias, em meio ao agravamento dos blecautes em massa ocorridos desde o último dia 7 de março. “Foi aprovado um plano de 30 dias para um regime de gerenciamento de Energia, para equilibrar o processo de geração, os processos de transmissão segura e os processos de atendimento e consumo em todo o país, com ênfase na garantia do serviço de água”, disse Maduro.

Acompanhado por seus ministros e pelo alto comando militar, Maduro transmitiu uma mensagem obrigatória de rádio e televisão, embora reconhecesse que muitos venezuelanos não podiam vê-lo porque ainda estavam sem eletricidade na noite de domingo. O racionamento anunciado pelo líder socialista é semelhante ao aplicado no estado petrolífero de Zulia, no oeste da Venezuela, atingido por quedas de Energia há uma década. “Estamos administrando uma situação muito grave, porque o golpe afetou a capacidade de geração da hidrelétrica de Guri para o resto do país”, disse o presidente socialista ao reiterar que as falhas foram causadas por “ataques terroristas” no que ele chamou de “uma guerra de Energia”.

Maduro não esclareceu como o racionamento funcionará. “O plano de administração de Energia de 30 dias já entrou em vigor neste domingo, 31 de março”. Vários protestos foram registrados neste domingo em Caracas, em uma expressão de revolta pelos extensos apagões experimentados durante o mês de março em grande parte do país. Algumas manifestações foram reprimidas por grupos de civis armados aliados ao governo socialista. “Estes são os golpes de uma guerra elétrica para enlouquecer o país”, disse Maduro, que repetidamente credita as falhas de Energia a sabotagem.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 01/04/2019

Seção: Colunas

Autor: Joana Cunha

Título: eu sou você...

Painel S.A.

João Doria será o orador no jantar da Sugar Week, evento global do setor de cana de açúcar, no Museu Americano de História Natural, em Nova York, no dia 15 de maio. Vai discursar sobre tecnologias do etanol e Energia elétrica para carros híbridos.

...amanhã?

Na noite anterior, no mesmo museu, o presidente Bolsonaro será homenageado no evento Pessoa do Ano, da Brazilian-American Chamber of Commerce. Mais de mil líderes de negócios internacionais prestigiam o evento todos os anos. O governador de SP já foi honrado no Pessoa do Ano em 2017.

Contraponto

As agendas de Doria e Bolsonaro também coincidiram na semana que passou, enquanto a disputa entre o Executivo e o presidente da Câmara, Rodrigo Maia, pegava fogo. Ambos foram ao jantar na casa de Elie Horn (Cyrela). Na ocasião, foi Doria quem pediu a palavra para tentar apaziguar a crise da Previdência

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 01/04/2019

Seção: Cotidiano

Autor:

Título: Promotoria de RO investiga ruptura de duas barragens

O Ministério Público de Rondônia abriu inquérito para investigar o rompimento de duas barragens no município de Machadinho D'Oeste na sexta (29). Não houve mortos, mas 50 famílias ficaram isoladas. O objetivo do inquérito é apurar responsabilidades. Segundo o Ministério Público, análises preliminares dos órgãos ambientais constataram danos à fauna e à flora locais.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 01/04/2019

Seção: Mundo

Autor: Daniela Kresch

Título: Bolsonaro frustra 'irmão' Netanyahu com escritório em vez de embaixada

Presidente recua de promessa de mudar representação diplomática de Tel Aviv para Jerusalém

No primeiro dos quatro dias da visita a Israel, Jair Bolsonaro foi recebido neste domingo (31) por Binyamin Netanyahu no aeroporto, gesto raro que o primeiro-ministro israelense ofereceu a apenas outros quatro chefes de Estado em dez anos.

Netanyahu referiu-se a Bolsonaro muitas vezes como "Yair", nome de seu filho mais velho, e disse que ele encontrará em Israel um povo que ama o Brasil.

Já Bolsonaro chamou o premiê de “prezado irmão”, “capitão”, “paraquedista” e repetiu “ani ohev Israel” (eu amo Israel, em hebraico) três vezes.

Mas a recepção amistosa não mudou o que vinha se desenhando há semanas: Bolsonaro não cumpriu a promessa da campanha presidencial de transferir a embaixada brasileira de Tel Aviv para Jerusalém, movimento que impulsionaria Netanyahu a nove dias das eleições que vão definir o futuro do líder israelense.

Para frustração do premiê, Bolsonaro anunciou apenas a abertura de um “escritório, em Jerusalém, para promoção do comércio, investimentos e intercâmbio em inovação e tecnologia” — uma repartição sem status diplomático para estimular negócios entre os países.

“Saúdo a decisão de abrir (...) um escritório oficial do governo do Brasil, em Jerusalém”, afirmou Netanyahu. “Espero que este seja o primeiro passo para a abertura da embaixada brasileira em Jerusalém.” Nas redes sociais, Bolsonaro escreveu que reconhecia “os vínculos históricos de Jerusalém com a identidade judaica e também que a cidade é o coração político do Estado de Israel”. A frase pode ser considerada morna por quem — como Netanyahu — gostaria de ouvir um Bolsonaro mais contundente, afirmando que Jerusalém é a capital indivisível de Israel.

Bolsonaro, pressionado para não afastar os países árabes, importantes importadores da carne brasileira, decidiu adotar uma medida que agrada um pouco os israelenses e não desagrada demais aos palestinos.

A proposta de mudar o local da embaixada, porém, contraria a tradição diplomática brasileira de seguir a orientação das Nações Unidas e esperar uma resolução do conflito entre israelenses e palestinos para definir o status de Jerusalém, que ambos os povos clamam como sua capital.

Atualmente, apenas EUA e Guatemala mudaram suas embaixadas para Jerusalém.

Nesta segunda (1º/4), o primeiro-ministro israelense tentará outra forma ganhar pontos junto a seu eleitorado. Ele acompanhará Bolsonaro no Muro das Lamentações, localizado na parte oriental de Jerusalém, que os palestinos querem como sua capital.

Ao ir com o premiê ao Muro, Bolsonaro estaria sinalizando que reconhece a soberania de Israel no território, contrariando a comunidade internacional.

Mais cedo, ao desembarcar em Tel Aviv, Bolsonaro celebrou o alinhamento a Israel. “Estivermos separados algum tempo tendo em vista um governo ideologicamente de esquerda, mas nossas origens falaram mais alto”, afirmou,

em referência aos governos do PT. “Felizmente retornamos o tratamento equilibrado às questões do Oriente Médio.”

O presidente também mencionou a internação no hospital Albert Einstein, gerido pela comunidade judaica em São Paulo, para se recuperar do atentado a faca que sofreu durante a campanha para as eleições presidenciais, além da equipe israelense enviada para ajudar nos resgates de vítimas em Brumadinho.

O encontro também serviu para a assinatura de acordos de cooperação em seis áreas: Energia, ciência e inovação, investimentos, aviação civil, segurança pública e defesa. Em inovação, por exemplo, haverá um programa para atrair startups israelenses ao Brasil e fazer chamadas conjuntas para financiar empreendedores.

A Petrobras também participará do mais recente leilão de Israel para exploração de petróleo e gás em águas israelenses no Mediterrâneo, segundo o ministro de Energia do país, Yuval Steinitz.

Do lado de fora da residência do premiê, onde os líderes jantaram, cerca de 30 pessoas protestaram contra a presença do presidente brasileiro em Israel e em repúdio a declarações de Bolsonaro que celebravam a ditadura militar no Brasil.

VEÍCULO: O Globo

Data: 01/04/2019

Seção: Economia

Autor:

Título: Petrobras participará de leilão de petróleo e gás em Israel

Anúncio foi feito por ministro de Energia do país durante visita de Bolsonaro

A Petrobras participará do próximo leilão de Israel para exploração de petróleo e gás offshore, afirmou ontem o ministro de Energia de Israel, Yuval Steinitz. Ele anunciou o acordo no início da visita de quatro dias do presidente Jair Bolsonaro ao país.

Bolsonaro foi acompanhado em Israel por seu **ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque**, com quem Steinitz afirmou ter se encontrado há três semanas.

— Ficou acordado que a Petrobras, que está entre as maiores companhias de energia do mundo, tomará parte no processo de exploração de petróleo e gás em Israel — afirmou Steinitz em entrevista à Army Radio.

O site de notícias israelense Calcalist havia informado que um anúncio oficial poderia ser feito durante a visita de Bolsonaro.

Procurada, a Petrobras informou que não iria comentar o assunto.

Um número de grandes descobertas de gás offshore em águas de Israel e do Mediterrâneo oriental na última década colocou Israel no mapa para grandes empresas de energia.

Israel está leiloando 19 novos blocos offshore a empresas de petróleo e gás. Um leilão anterior gerou propostas de apenas dois grupos de companhias, e o ministro de Energia afirmou esperar maior competição desta vez, uma vez que as condições melhoraram.

Segundo o site do Ministério de Energia israelense, serão aceitas propostas até junho, e os vencedores serão anunciados em julho.

A Exxon Mobil Corp, em uma grande mudança de sua política, também está considerando participar do leilão.

VEÍCULO: O Globo

Data: 01/04/2019

Seção: Sociedade

Autor: DIMITRIUS DANTAS SÃO PAULO

Título: Em busca de justiça

MP quer reparação a indígenas por mortes em conflitos durante regime

Passados 55 anos do golpe de 1964, povos indígenas continuam esperando a definição para seus pedidos de reparações por supostos abusos cometidos ao longo dos 21 anos do regime. A Comissão Nacional da Verdade, iniciativa do governo federal criada para apurar e responsabilizar crimes cometidos durante a ditadura, já examinou 25 mil processos, dos quais 9.755 pre-veem algum tipo de reparação econômica. Desses, apenas um envolve indígenas.

De acordo com dados da própria Comissão, cerca de 8 mil indígenas morreram em ações do regime. Muitas dessas mortes não teriam sido causadas pela oposição aos militares ou participação em luta armada, mas no que se qualificava à época de “interesse nacional”: a exploração de riquezas naturais, a construção de rodovias e o povoamento de supostos “vazios demográficos”, no Norte e Centro-Oeste.

Desde 2012, o Ministério Público Federal (MPF) protocolou seis ações civis com o objetivo de buscar reparações históricas e financeiras aos povos atingidos. Até agora, apenas os avá-canoeiro ganharam em primeira instância.

E a decisão recente da ministra da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, Damares Alves, de rever, de forma genérica, indenizações concedidas nos últimos anos, não foi vista como um bom sinal no meio. Segundo o procurador Wilson Ramos, tanto a Justiça quanto o Poder Executivo ainda não estão preparados para tratar das violações aos direitos humanos com populações indígenas. O GLOBO procurou o Ministério dos Direitos Humanos, mas não recebeu resposta.

FRONTEIRA COM VENEZUELA

Os waimiri-atroari, que vivem entre o Amazonas e Roraima, por exemplo, se encontram em situação delicada. Seu território é cortado pela BR-174, construída a partir do final da década de 1970. Na ditadura, os militares decidiram que as obras não poderiam ser interrompidas. Foram registrados conflitos entre o Exército e os índios. E a população de quase 3 mil indígenas foi reduzida a pouco mais de 300 indivíduos em 1980. Entre os mortos estão o pai e a mãe de Mario Parwe, uma das principais lideranças do grupo.

Em fevereiro, com a escalada da crise na Venezuela, de onde vem a maior parte da eletricidade de Roraima, o governo decidiu declarar a obra do linhão de Tucuruí, que vai ligar Roraima ao restante do país, como um empreendimento de infraestrutura de interesse da política de defesa nacional.

—Hoje, estamos sinalizando para não mexer mais (no território). Quando chegou a BR, meu pai morreu. Esse (projeto de) linhão é o mesmo jeito — disse Mario Parwe em audiência na Justiça Federal do Amazonas em março de 2018.

De acordo com o MPF, o caso dos waimiri-atroari é apenas um de uma série levantada por procuradores em todo o país. O procurador Julio José de Araújo Junior, que atua no caso, se diz preocupado com a volta do argumento que coloca o “interesse nacional” acima dos direitos dos índios.

—Vigorava a visão de que o indígena estava em um estágio inferior, que caminhava para ser integrado ao que consideramos que é a civilização. Ele é visto como questão de segurança nacional: a premissa é a de que terras indígenas são um prejuízo pois há recursos a serem explorados —diz.

Durante a ditadura militar, a abertura de rodovias incluiu remoções forçadas ou “pacificações”. No Mato Grosso, terras indígenas foram entregues a fazendeiros para a expansão da fronteira agrícola. Na região conhecida como Marawatsédé, onde vivia o povo Xavante, as terras foram entregues a empresas interessadas

em colonizar e povoar a região. Ainda de acordo com o MPF, uma dessas empresas, articulada com o governo militar, conseguiu a remoção do grupo Xavante em 1966. O deslocamento forçado, contudo, levou à morte de 85 indígenas, contaminados por sarampo.

Em Minas Gerais, o regime militar implantou um reformatório dentro da terra indígena Krenak. Conhecido como Presídio Krenak, recebeu índios de diversas etnias e levou à remoção, também forçada, do povo Krenak para uma fazenda em Carnésia, a 350 km de distância e onde viviam etnias rivais, e as terras eram pouco férteis em um clima muito mais frio. Na prisão, de acordo com o MPF, indígenas de mais de 15 etnias realizavam trabalhos forçados e sofriam torturas físicas e psicológicas.

Além da ação civil pública em que o povo Krenak pede reparações históricas, territoriais e financeiras, o MPF também enviou ao Ministério da Justiça um pedido de reparação coletiva. Até hoje, a Comissão de Anistia, no entanto, só concedeu o pedido a 14 indígenas suruí. O pedido dos Krenak segue parado.

VEÍCULO: Correio Braziliense

Data: 01/04/2019

Seção: Política

Autor: Rosana Hessel

Título: Escritório em Israel reforçará negócios

Tel Aviv e Jerusalém -. Em seu primeiro dia de visita a Israel, o presidente Jair Bolsonaro confirmou que o governo vai criar um escritório em Jerusalém para a promoção de comércio, investimento, tecnologia e inovação, em vez de transferir a embaixada para Jerusalém, em cumprimento a uma de suas promessas de campanha. Ainda não foi esclarecido, porém, qual será o papel a ser desempenhado pelo novo espaço, já que, na embaixada do Brasil, em Tel Aviv, já funciona um escritório de representação comercial, comum em várias representações brasileiras.

O recuo frustrou o primeiro-ministro israelense, Benjamin Netanyahu, que, em seu discurso, tratou de enfatizar que a medida seria o primeiro passo para a transferência da embaixada, mas Bolsonaro evitou se comprometer, pelo menos publicamente, e disse apenas que o “Brasil está aberto a todos”.

O presidente brasileiro chegou a Israel em um momento delicado para o premiê israelense, que tenta se manter no poder, apesar de enfrentar uma série de alegações de corrupção. O Parlamento de Israel aprovou recentemente a convocação antecipada de eleições, marcadas para 9 de abril. Como uma

democracia parlamentarista, as eleições nacionais são realizadas pelo parlamento, que se encarrega de formar o governo.

Para Israel, toda Jerusalém é sua capital, por isso, o governo quer ver as embaixadas se mudarem para lá. No entanto, a maioria dos países apoia as negociações de paz entre Israel e Palestina, que buscam dividir a cidade entre as duas partes, quando o estado da Palestina for reconhecido.

A promessa de Bolsonaro, que acompanhava a decisão do presidente Donald Trump, que transferiu a embaixada americana para Jerusalém em maio do ano passado, havia gerado mal-estar entre árabes e muçulmanos, rivais dos judeus na disputa pelo reconhecimento de Jerusalém como capital de Israel, estado constituído em 1948, e Palestina, que ainda luta por esse status.

Os países árabes, vizinhos de Israel, além do Irã, são importantes importadores de aves brasileiras e também de carne bovina, razão pela qual o Ministério da Agricultura manifestou preocupação com a promessa do presidente. Apenas a Guatemala acompanhou os Estados Unidos até agora. O Paraguai, assim como o Brasil, prometeu transferir a representação, mas também recuou.

Cooperação

O ministro-chefe do Gabinete de Segurança Institucional (GSI), general Augusto Heleno, informou que cinco acordos de cooperação seriam assinados entre os dois chefes de Estado em cerimônia, ontem, na casa do premiê.

O presidente brasileiro chegou a Israel pouco antes das 10h e retornará ao Brasil na quarta-feira. O general, contudo, reconheceu que não haverá nenhum anúncio relevante de comércio ou investimento, mas intercâmbio em áreas de interesse bilateral. O Brasil está de olho em segurança, e o governo de Israel tem interesse no Nordeste, onde quer aplicar suas tecnologias de dessalinização de água e de irrigação. “A vinda aqui não quer dizer que a gente vá comprar uma série de coisas, porque não estamos em condições de fazer isso”, afirmou o ministro no saguão do Hotel King David, em Jerusalém, onde Bolsonaro e os integrantes de sua comitiva, inclusive o staff, estão hospedados.

Além da reunião ampliada na casa do premiê, os ministros brasileiros participaram de rodadas de reuniões setoriais que se estendem até terça-feira. As parcerias bilaterais devem abranger as áreas de tecnologia, água, medicina, aviação e segurança, segundo uma fonte do governo israelense. O objetivo do Brasil é aproveitar a expertise de Israel em segmentos de interesse econômico e de defesa.

Em entrevista a uma rádio local, o ministro de Energia de Israel, Yuval Steinitz, afirmou que a Petrobras está considerando explorar campos de gás em Israel. **O**

ministro da área no Brasil, Bento Albuquerque, e Steinitz se encontraram há três semanas. Contudo, o governo brasileiro não se manifestou sobre o assunto. Procurada, a Petrobras informou que não vai comentar.

Interesse militar

De acordo com o ministro-chefe do Gabinete de Segurança Institucional (GSI), general Augusto Heleno, o principal motivo da visita do presidente é buscar uma aproximação maior, além de retribuir a visita de cortesia de Netanyahu à posse do pesselista. “Mas é lógico que, como Israel é um país extremamente desenvolvido na área de equipamento militar, é sempre bom estar em contato com ele”, afirmou.

Alguns assuntos, segundo o ministro, têm sigilo grande e o discurso do governo está mais cauteloso para não sofrer retaliações das nações árabes e muçulmanas. “Qualquer visita a um país estrangeiro tem um componente de cortesia. Mas nós temos outros assuntos a tratar aqui. Nos interessa essa aproximação com Israel sem que isso signifique, de maneira nenhuma, um afastamento da comunidade árabe”, afirmou. Ele não descartou negócios envolvendo tecnologias de drones israelenses.. “Hoje a tecnologia interessa porque ela muda muito rápido. A gente precisa se informar e se manter informado”, completou. Ao ser questionado sobre o motivo de Bolsonaro não visitar a Palestina, o general alegou “falta de tempo”.

Além do general Heleno, integram a comitiva os ministros das Relações Exteriores, Ernesto Araújo; de Minas e Energia, Bento Albuquerque; de Ciência, Tecnologia, Inovação e Comunicações, Marcos Pontes; e o chefe do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas, tenente-brigadeiro, Raul Botelho. Um dos filhos do presidente, o senador Flávio Bolsonaro (PSL-SP), também veio junto com o pai na viagem.

MME / ASCOM .